Relações de trabalho na Amazônia Mato-Grossense: o uso da violência contra *peões* e *garimpeiros*

Julio César Dos Santos

Do Instituto Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso – Brasil
julio.santos@ifmt.edu.br

Luciene Aparecida Castravechi

Da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso – Brasil
lucienecasthi@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como propósito apresentar a política de ocupação da Amazônia Legal pelo governo ditatorial na década de 1970. Dentro deste contexto o Estado de Mato Grosso foi privilegiado por esta política pública através de um amplo apoio governamental. As nossas análises serão direcionadas para as regiões Nordeste e Noroeste do Estado, áreas estas em que foram implantados os projetos de colonização e agropecuários. O objetivo desta investigação é apresentar as diferentes faces da violência presentes nas relações de trabalho durante o processo de ocupação recente da Amazônia, caracterizadas a partir do uso do trabalho análogo ao de escravo nas empresas agropecuárias no Nordeste de Mato Grosso, e a violência empregada contra os garimpeiros que migraram para a área de colonização da região Noroeste do Estado.

Palavras-chave: Amazônia, Relações de trabalho, violência.

INTRODUÇÃO

Compreender a configuração espacial recente do Estado de Mato Grosso significa entendermos a política de ocupação da Amazônia Legal¹ pelo governo civil militar no início da década de 1970. Este projeto governamental tinha como objetivo ocupar os ditos espaços “vazios” da Amazônia, sob o pretexto de promover a Segurança Nacional, os militares implantaram naquela região os Projetos de Colonização e Agropecuários em favorecimento do grande capital estrangeiro, sendo desenvolvidas naquela área atividades econômicas ligadas principalmente aos setores agrícolas e pecuários. Para a implantação dos projetos, as empresas receberam do governo grandes

¹A Amazônia Legal compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte do Maranhão. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM) o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. A Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>

extensões de terras e incentivos fiscais para expansão das novas “fronteiras agrícolas” da Amazônia.

Este artigo aborda o processo de colonização recente de Mato Grosso durante a década de 1970. As nossas análises serão direcionadas para as regiões Noroeste, especificamente para a cidade de Juína, onde em 1976 foi implantado o Projeto Juína pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT); e para o Nordeste² do Estado, onde se estabeleceram os projetos agropecuários.

Dentro dessa espacialidade encontramos alguns problemas provocados pelos projetos de (re)ocupação da Amazônia. Na região Nordeste como consequências do processo de abertura das empresas agropecuárias nos deparamos com a presença do trabalho análogo ao de escravo, e no Noroeste do Estado, o projeto de colonização daquela área gerou inúmeros casos de violências contra os garimpeiros que migraram para aquela espacialidade.

O objetivo desta investigação é apresentar as diferentes faces da violência presentes nas relações de trabalho durante o processo de ocupação recente da Amazônia, caracterizadas a partir do uso do trabalho análogo ao de escravo nas empresas agropecuárias no Nordeste de Mato Grosso, e a violência empregada contra os garimpeiros que migraram para a área de colonização da região Noroeste do Estado.

Este processo de (re)ocupação da Amazônia foi assinalado pelo discurso da ocupação de espaços “vazios” como um projeto nacional beneficiado por alta tecnologia, assentado na ideia de modernização e progresso como uma estratégia de ocupar e explorar o território atrelado à política de segurança nacional da ditadura militar e civil.

Entender sobre o trabalho precário na Amazônia na segunda metade do século XX sugere-nos avaliar as relações de poder que viabilizaram a ocupação daquele território com o apoio dos programas governamentais³. É importante destacarmos que os Estados da Amazônia Legal partilham práticas econômicas, sociais e políticas, como por exemplo, o estabelecimento do agronegócio e a consolidação da grande

²O Nordeste de Mato Grosso também é conhecido como Vale do Araguaia. Ao longo do texto também referenciamos esta espacialidade como Araguaia.

³Os projetos de colonização privada e os projetos agropecuários obtinham incentivos do governo através de órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), e a SUDECO e programas governamentais como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o PROTERRA, e os polos de desenvolvimento – o POLOAMAZÔNIA, o POLOCENTRO e o POLONOROESTE, entre outros, que disponibilizavam aos empresários incentivos fiscais, linhas de financiamentos, juros subsidiados e prazos longos, o que despertou o interesse em muitos empresários para a implantação de projetos agropecuários, agroindustriais, e consequentemente a colonização da região.

propriedade. Este fato é marcado pela grilagem de terras, pela exploração de trabalhadores, assassinatos, torturas, prisões, etc.

A PRESENÇA INCIPIENTE DO ESTADO E O USO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMAZÔNIA

Para compreendermos a violência presente nas relações de trabalho no Nordeste e Noroeste do Estado de Mato Grosso, nos debruçamos nos estudos de Hannah Arendt (2009). A inserção de uma discussão referente ao posicionamento de Arendt é representativa e enriquecedora para o quadro teórico, uma vez que, pode trazer para a discussão as reflexões acerca do conceito e aplicação do poder, o questionamento sobre até que ponto podemos caracterizar determinadas relações, como poder ou violência.

A questão conceitual fundamental na discussão de Arendt, da qual se torna interessante à apropriação está na relação entre poder e violência, uma vez que, essa perspectiva nos leva a algumas reflexões centrais. Em especial a diferenciação conceitual entre poder e práticas coercitivas violentas, a forma como elas se afastam e se aproximam, são fundamentais para compreensão da dinâmica entre as tentativas de legitimação direcionada e a realidade dos conflitos nos garimpos e nos empreendimentos agropecuários, mas neste caso principalmente para compreendermos a dinâmica social e histórica de um espaço no qual a frente pioneira, se mistura com o espaço de expansão, bem como com o contingente de garimpeiros e trabalhadores em condição análoga ao de escravo.

Arendt (2009) inova ao questionar a associação do conceito tradicional de poder e as práticas coercitivas, especialmente no sentido de violência. Para a autora poder e violência contrariamente a diversos teóricos apresentados até o momento, são opostos, contraditórios como fica evidente na citação.

O poder é inerente a qualquer comunidade política – resulta da capacidade humana de agir em conjunto, o que, por sua vez, requer o conselho de muitos quanto um curso de ação. Por isso, poder e violência são termos opostos. (ARENDR, 2009, p. 11).

Em síntese, para ela a violência se manifesta em situações limite, nas quais o poder não é mais eficaz ou mesmo onde ele não chegou a se constituir de forma

legitimada, como é caso dos garimpos do Noroeste e das currutelas⁴ garimpeiras, bem como no uso do trabalho análogo ao de escravo nas agropecuárias do Nordeste de Mato Grosso.

Assumir essa postura implica em deixar para trás também, pelo menos em termos as ideias de Maquiavel e Russel, uma vez que para ela o que existe na coerção não é poder, mas violência. Se tomarmos coerção como violência, concluímos que não se trata de representação de poder, muito menos de um método de construção do poder. Ela destrói o poder (ARENDRT, 2009).

Para a filósofa alemã, poder é antes de tudo, uma relação consensual de comando e obediência, portanto não há coerção nas relações de poder, ele é legitimado pelo consentimento de quem obedece. No ensaio crítico da obra *Sobre a Violência*, (2009, p. 147). André Duarte entende que:

É a partir da ênfase na questão da legitimidade do poder efetivado em atos e palavras não violentos que o fenômeno da obediência às leis e às instituições políticas de um país pode ser compreendido e diferenciado em relação àquela obediência que é extorquida sob a ameaça da coerção, da punição ou mesmo da violência.

O poder, portanto, para Arendt é uma relação legítima, consentida, diferente da violência, que se manifesta diante da ausência dele.

Esse entendimento é fundamental para compreendermos que nas sociedades em formação, como é o caso das cidades colonizadas a partir da década de 1970, no Nordeste e Noroeste de Mato Grosso, a presença incipiente do Estado às transforma, em determinados momentos de sua história, em ambientes de predominância das práticas de violência, em detrimento das relações de comando e obediência consentidas, até que a preponderância do Estado legitime as relações sociais.

Esses entendimentos e essa diferenciação são importantes e contribuem para que as ideias de Arendt, na nossa pesquisa, sejam adequadas para a compreensão da realidade nas vilas garimpeiras na região Noroeste, e as condições dos trabalhadores nas empresas agropecuárias no Nordeste do Estado.

O que Arendt propõe é desconstruir o que considera certa confusão de conceitos entre poder e violência. Para ela, apesar de se correlacionarem são equivocadamente utilizados como sinônimas, por isso ela explica que “é particularmente tentador pensar o poder em termos de comando e obediência e assim equiparar poder e violência. [...]”. É como se violência fosse um pré-requisito do poder,

⁴Vilarejo que se formavam nas proximidades dos garimpos.

e o poder nada mais do que uma fachada.” (2009).

As constantes práticas de violência promovidas nos ambientes dos garimpos e nas empresas agropecuárias, onde a justiça era quase sempre feita com as próprias mãos, faz-nos percebermos que os espaços estudados, prevaleceram as práticas de violência. Justamente, segundo Arendt (2009), por não haver uma estrutura organizada de comando e obediência, por não haver o consenso em ensejo de poder e sim ações impostas por indivíduos ou grupos em que as relações são caracterizadas pela violência.

Arendt (2009) fala da violência que envolve todo o processo, de modo mais diretamente relacionado com as condições de vida e trabalho de pessoas que vivem em busca de seus sonhos em meio a tantos pesadelos. No estudo de situações tão particulares e peculiares de espaço e tempo tão delimitados, a atenção com os aspectos de ordem cotidiana são fundamentais para o objetivo deste trabalho.

São inúmeros os relatos e as evidências que apontam para uma infinidade de atos violentos, de comportamentos inadequados a uma sociedade legitimada pelas leis e conduta social respaldada pela presença de um poder público incipiente.

AS VÁRIAS FACES DA VIOLÊNCIA PRESENTES NOS GARIMPOS DO NOROESTE E NAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS DO NORDESTE DE MATO GROSSO

Em 1972, a Lei nº 3.307 de 18 de dezembro reservou extensa área de terra devoluta na região Noroeste à Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), com a finalidade de desenvolver projetos de colonização. O projeto Juína nasceu em 1976, foi consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em 17 de setembro de 1978, através da Portaria 907. Em 10 de junho de 1979, a Lei 4.038 criava o distrito de Juína e já em 09 de maio de 1982, a Lei 4.456 desmembrava Juína de Aripuanã, oficializando a criação o município. (JOANONI NETO, 2008).

O projeto foi bem sucedido, os lotes foram rapidamente vendidos, milhares de famílias se instalaram na região, em especial, no núcleo urbano e nas suas proximidades. Alguns anos depois de iniciado processo, muitos colonos sofriam a decepção da falta de infraestrutura, de assistência técnica, baixa produtividade e dificuldades para comercializar a produção.

Neste cenário, se espalharam, a partir de 1986, as notícias da existência dos garimpos de diamantes, na linha 3. A linha 3 é uma estrada vicinal que se inicia no km 210 da BR 174, a 30 km do núcleo urbano de Juína, se estende até a reserva indígena Cinta Larga. As notícias empolgavam, falavam de uma riqueza incalculável.

Eu plantei 3 mil pés de café, mas o café crescia até assim, até um metro, um metro e pouco e não ia mais, então a produção era muito fraca, o prejuízo era grande, quando falaram do garimpo e vi gente indo e ganhando dinheiro, eu larguei o café e fui também. (Altir Peruzzo, entrevista, Juína – MT, 27 de Janeiro de 2012).

Com a migração de muitos trabalhadores agrícolas para o garimpo e a chegada de contingente de garimpeiros difícil de precisar, vindos de várias regiões, rapidamente as vilas garimpeiras surgiram e junto com elas, experiências múltiplas, algumas dessas experiências foram compartilhadas por meio das entrevistas e reconstruídas pela narrativa histórica.

Para a autora de *Cidades da Mineração*, Guimarães Neto (2006, p. 138), Hannah Arendt (2006) pode ajudar a explicar porque a violência é tão comum na sociedade mineradora⁵. A atividade mineradora pelas possibilidades que oferta a homens expropriados se revela como fundadora de novos povoados e sociedades. São sociedades em formação e segundo a autora, nesse contexto, a violência é necessária, até que uma sociedade se constitua com poderes legitimados.

No caso das curruтелas garimpeiras no Noroeste, o espaço nunca chegou e constituir uma sociedade organizada e estabelecida, as vilas declinaram juntamente com a queda na produção, com a redução no valor comercial dos diamantes e a proliferação dos casos de malária. Mas a violência foi parte do cotidiano dessas pessoas, da mesma forma como ocorreu em diversas outras localidades, cujas cidades emergiram da exploração mineral, “assim, garimpo, prostituição e violência aparecem como parte de uma relação que se apresenta de forma indissociável” (GUIMARÃES NETO, 2006).

Uma ideia que é importante lembrar para enriquecer a discussão é o da anomia social. Pensado por Robert King Merton (1970). O conceito é utilizado para definir ambientes sociais caracterizados pela degradação, carência ou ausência das normas sociais.

As entrevistas e os artigos nos jornais locais nos conduzem a descrever as vilas garimpeiras caracterizando-as como locais onde a presença do Estado era muito frágil. A tensão gerada pela incerteza do alcance dos objetivos de cada um nos

⁵Utiliza o livro *Da Revolução*, São Paulo: Ática, 2006.

catriados⁶, as disputas por mulheres nos cabarés, o desconhecer a origem do outro, dentre vários outros fatores, nos permite afirmar com boa margem de segurança, o fato de que as currutelas vivenciavam condições de instabilidade social e de incerteza, produzindo um ambiente com comportamentos divergentes e instáveis.

Para Merton (1970) a atenuação dos meios legítimos leva a sociedade à instabilidade caracterizando o estado de anomia. O fracasso nas tentativas de legitimação de poderes sobre as currutelas deixavam essa sociedade em condições de anomia aguda, que é amplificação do processo de desvios de conduta. Mas o exercício de análise das fontes, nos permite afirmar que houve mais do que uma desintegração dos sistemas de valores compartilhados socialmente, houve a banalização da violência.

Nos garimpos da linha 03, os indícios da ausência de um poder estabelecido e legitimado estão por todo processo, a iniciar pela ocupação crítica e caótica denunciada pela Revista Tribuna de Juína (edição especial, maio de 1995, p. 21) “A ocupação caótica refletiu-se na falta de planejamento, a inexistência de um projeto de iniciativa de desenvolvimento e os milhares de brasileiros que aqui aportaram, seduzidos pela promessa de enriquecimento fácil através do diamante”.

A ocupação foi muito rápida e caótica como revela a revista, as vilas garimpeiras não possuíam qualquer tipo de infraestrutura, a educação precária, a começar pelas moradias, quase sempre de madeira e coberta com folhagens e lona, eram denominadas pelos próprios garimpeiros de barracos, não havia qualquer tipo de acesso a um sistema de saúde. Em caso de enfermidades, acidentes, ou incidentes os pacientes precisavam ser levados para o hospital mais próximo, no núcleo urbano de Juína há 60 quilômetros, em uma estrada de terra constantemente esburacada.⁷

No que se refere à violência em sua forma mais evidente, a física de “um contra o outro” os relatos indicam ações quase cotidianas de conflitos, mortes e agressões por armas de fogo e armas brancas. Três fatores são apontados de forma unânime como amplificadores da violência.

O primeiro era o constante consumo de bebida alcoólica pelos garimpeiros, durante o trabalho para suportar o frio de começar a trabalhar dentro d’água, ainda de madrugada e permanecer por lá até o entardecer, e nos bares e zonas da vila à noite, ou mesmo durante o dia.

O segundo era a presença das mulheres trabalhando nas casas de prostituição,

⁶Escavação formada em virtude da atividade garimpeira, local de trabalho, onde os garimpeiros passavam a maior parte do tempo trabalhando.

⁷Baseado nos diversos relatos e em artigos de revistas e jornais locais.

muitas vezes o garimpeiro vindo de outras regiões sozinho, desprovido de laços maiores, carente de afeto, acabava se apaixonando por uma dessas mulheres e como não conseguia produzir o suficiente para manter sobre ela exclusividade, não aceitava quando outro se aproximava e com ela se relacionava. Havia muita bebida e mulheres à vontade, o binômio justificável pela facilidade em ganhar dinheiro.⁸

Os relatos nos permitem concluir que esta associação potencializava a violência nos garimpos, “tinha muito peão rodado, tinha muita mulher que era de todo mundo e às vezes o peão achava que era só dele e ficava enciumado. Toda semana era na base de 6 a 8 mortes, aqueles catriados estão cheios de ossada de peão.” (Edevaldo de Souza, entrevista, Juína-MT, 10 de novembro, 2010).

Geralmente era a noite que os atos violentos aconteciam, porque durante o dia os garimpeiros estavam trabalhando nos catriados das proximidades da currutela:

Durante o dia era tranquilo ficava igual vespeiro, daqui pra lá era só zona de um lado. A noite carro tinha que ir devagar, porque era igual vespeiro, todo mundo armado, uma vez só vi três mortos.[...] Quando tinha desavença com alguém um não esperava o outro, porque sabia que ia morrer. (Edevaldo de Souza, entrevista, Juína-MT, 10 de novembro, 2010).

Ainda no ano de 1988, os jornais locais denunciavam as constantes mortes que ocorriam nos garimpos: “Nosso garimpo está “movimentadíssimo”. O diamante esta com um bom preço mesmo! Só que [...], brevemente irá faltar caixão fúnebre e munição nas lojas da cidade. Ah! E tem mais, lá tem até lista negra exposta ao público”. (Jornal O imparcial a Folha do Nortão, Ano 1, nº 4 jornal quinzenal outubro 1988).

No auge da atividade garimpeira, em 1989, segundo os depoimentos, as práticas de violência foram mais frequentes, alguns relatos impressionam pela brutalidade com que se matava, com a frieza e naturalidade.

[...] tinha um rapaz chamado Maranhão, ele foi beber nunca casa lá pra baixo, clamada “rabo de bica”, deram uma facada nele lá! Aí ele veio correndo até chegar no meu bar. Quando ele chegou, ele gritou, mas gritou, já assim bem roco, eu “escutei” aquele vulto assim: “Preta! Dona Preta! Preta! No que eu saí, - é o Maranhão que ta chamando senhora. - Ele caiu bem dentro assim do meu bar, quase assim na porta da lanchonete. E quando eu olhei, tava o coração dele! Eu vi o coração dele fazendo assim, sabe aquele sangue? Então aquilo me marcou demais, o cara meteu a faca e fez assim com a faca sabe? No coração dele! Então essa morte até hoje! [...] Ah, ali pra “mim” ser

⁸Revista Municípios de Mato Grosso, 2003, p. 21.

sincera diz que foi por causa de mulheradas né! Ciúme, você sabe como que é! E foram muitos, muitas e muitos que morreram! Que viviam nessa vida e morreram. Então eu creio, eu acredito que Deus sempre esteve comigo, sempre me livrou! Porque hoje eu estou aqui contando, hoje eu estou aqui graças à Deus! Toco um comércio com as graças de Deus! eu não vendo nem bebida pra ser sincera! Não vendo bebida! Não vendo cigarro! Não vendo baralho! Nada daquilo que me prejudicou, que eu prejudiquei... que vi muita gente prejudicada por causa de bebidas, nas mesas de jogos com bebidas, morte [...] (Ilmar Faria. Entrevista, Terra Roxa, Juína – MT, 26 de Junho de 2012).

Finalmente, os roubos e furtos aparecem como terceira causa da violência nestes espaços, roubo quase sempre punido com a morte, e isso era algo quase natural.

Era mulherada e roubo também tinha muito que falar: “Não é porque roubou no garimpo, é porque roubou de fulano [...] Aconteceram muitas mortes por roubo, Mas, mais, mais mesmo era por mulherada, sabe? Aquelas mulheres assim sem sentimentos também, que queria só dinheiro dos homens [...] que quando estava com dinheiro tudo bem, você saía, chegava outro, já tinha abandonado e você não tinha aquela opinião de estar aceitando, até porque ela estava naquela vida dela lá, o garimpeiro se apaixonava bebia, bebia e depois você sabe! Então a maioria das mortes era isso, era mulher e roubo. (Ilmar Faria. Entrevista, Terra Roxa, Juína – MT, 26 de Junho de 2012).

Matar e morrer nos garimpos de Juína eram práticas comuns, nas entrevistas são relatados com uma frequência e naturalidade que assusta. Segundo as entrevistas, os autores raramente eram denunciados, uma “lei” do garimpo é a não se denunciava o executor, tudo era feito em público, mas quando a polícia chegava ninguém manifestava testemunho, inclusive por medo.

Outro fato que assusta pela desumanidade era a recusa dos taxistas e fretistas de socorrer os garimpeiros baleados e esfaqueados ainda com vida, como o hospital mais próximo ficava no núcleo urbano, quando esses proprietários realizavam a corrida, ficavam na incerteza do recebimento, portanto, a menos que, algum conhecido pagasse pelo serviço de transporte adiantado, os taxistas e fretistas recusavam o socorro.

Matava-se muito por mulheres, por bebidas, por roubos, mas tudo que provocasse desagrado ou colocasse em dúvida a honra do outro, atrapalhasse seu trabalho ou de alguma forma fosse interpretado como desrespeito, era pretexto para violência.

Neste espaço, a legislação ou código civil e criminal nunca chegou a surtir efeito prático. Sem a pretensão de generalizar essas relações, podemos afirmar que

foram em grande parte conflituosas, na visão de Arendt, não existe poder nas passagens e modo de vida social que acabamos de descrever, pelo contrário é a ausência dele. Para ela poder se caracteriza pela habilidade humana de agir em concerto:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo permanece unido (ARENDRT, 2009, p. 60).

A compreensão da relevância das ideias de Arendt para a atividade garimpeira no Noroeste de Mato Grosso se torna mais interessante quando recorremos a José de Souza Martins, em “Fronteira: A Degradação do Outro nos Confins do Humano” (2009). Assumindo claramente esse espaço como ambiente de degradação do outro, mas ao mesmo tempo como espaço que abre um leque de possibilidades na perspectiva da pesquisa das ciências humanas (MARTINS, 2009).

Vários registros e depoimentos, que vão desde o processo de colonização das fronteiras da Amazônia mato-grossense até o cotidiano das vilas garimpeiras de Juína, reforçam a perspectiva de Hannah Arendt (2009) e José de Souza Martins (2009), mas é preciso compreender a dimensão da complexidade dessa sociedade. O espaço caracterizado como frente de expansão é conflituoso, difícil e precário, onde nem sempre é possível definir a fronteira entre o que é legítimo e o que é ilegal, um convite à práticas de violência.

Quando a atividade garimpeira é inserida neste já complicado processo, os desafios se tornam ainda maiores, e no caso de Juína especificamente, o resultado é uma sociedade formada por diversos grupos, com interesses diversos.

Nas vilas garimpeiras, os grupos se encontram e se separam com uma rotatividade incrível, não se constituem laços maiores, não se apresenta preocupação com a origem do indivíduo, muitas vezes identifica-se apenas por “Baiano”, “Ceará”, “Paraíba” etc. do barraco “tal”. Ser chamado apenas pelo apelido garantia o anonimato aos transgressores da Lei nos garimpos, bem como, nos demais lugares das fronteiras da Amazônia.

Eram, em diversos casos, homens sem capital, sem origem conhecida, vivendo em condições desumanas, em busca da “sorte” que quando vinham na maioria das vezes era deixada através de gastos exorbitantes, nas casas de prostituição, esbanjava-se como se o diamante nunca fosse se esgotar ou a “sorte lhe abandonar”. As condições gerais, de uma sociedade tão complexa, nos permite, nas palavras de Martins, a

exploração de possibilidades diversas do ponto de vista da pesquisa histórica, “também é cenário privilegiado de observação sociológica e conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprias da constituição humana do encontro de sociedades que vivem no limite e no limiar da história” (MARTINS, 2009).

Essa perspectiva de fronteira nos abre um universo de possibilidades, que enriquece as possibilidades de análise, contribuem conceitualmente para relação da infinidade de fatos conflituosos, situações de disputa pelo poder que se transformam em intensas práticas de violência, fome, prostituição e mortes, em especial, após a chegada de milhares de garimpeiros.

Também precisamos perceber que a formação dessa realidade social é parte de um contexto nacional, iniciado a partir de uma proposta de ocupação do “Oeste” onde pode ser entendida na perspectiva dos militares, como uma tentativa de alargamento das fronteiras, é interessante nos remetermos a autores como Robert Wegner (2000) que ao citar pensadores como Turner, que entre outros aspectos se refere às fronteiras como terras livres que funcionariam como uma “válvula de segurança”, tendo elas o papel de desafogar os centros demograficamente mais intensos, evitando assim, o acirramento de conflitos sociais e econômicos, e aliviando as pressões políticas por reforma agrária (WEGNER, 2000).

Trata-se antes de tudo de expandir os domínios do Estado para as frentes expansionistas, construir ordenamento burocratizado que pudesse inseri-lo de forma lucrativa no cenário nacional e internacional. Uma intensa parceria entre a iniciativa privada e o Estado foi desenhada, diversas empresas coloniais assumiram o compromisso junto ao Estado.

A atividade garimpeira intensificou as relações no espaço colonial, afastou a relação de comando e obediência legitimados e potencializou as práticas de violência na região, o que muitas vezes, resultou em intensas desumanidades desde sua forma mais evidente, que é a física, por meio da pistolagem, assassinatos e espancamentos, até suas mais diversas formas de representação como os roubos, prostituição, alcoolismo, ameaças etc.

É importante evidenciar que essas disputas de poder e/ou ações de violência potencializadas pela inserção dos garimpeiros no cenário da colonização se apresentam de duas formas que são a ação das empresas e colonos contra a prática da garimpagem, e a presença dos garimpeiros e as tensões geradas no interior das vilas garimpeiras e no próprio ambiente de trabalho que resultou em intensos conflitos.

O complexo cenário colonial é atravessado por novo fenômeno, o garimpo, que na visão da maioria dos entrevistados foi fundamental para a economia local, principalmente em função do contexto de crise do projeto colonial agrícola, ao passo que potencializou os problemas de infraestrutura (hospitais, estradas, escolas etc.), em função do aumento da demanda no atendimento gerada pelo garimpo, sem falar ainda, na amplificação das práticas violência e no estado de anomia.

A colonização será redesenhada, os limites e possibilidade redefinidos e para muitos a esperança será renovada, nas palavras de Martins (2009, p. 12), “o aparentemente novo da fronteira, é na verdade, expressão de uma complicada combinação de tempos históricos em processos sociais que recria formas arcaicas de dominação e formas arcaicas de reprodução ampliada do capital”.

Feitas estas considerações acerca das atividades garimpeiras no Noroeste do Estado, passaremos a descrever o uso do trabalho análogo ao de escravo nas empresas agropecuárias no Nordeste de Mato Grosso.

Conforme, Ângela de Castro Gomes, discutir a questão do trabalho escravo contemporâneo no início do século XXI não implica mais em reconhecer e condenar a existência dessa forma de exploração, mas de se firmar um acordo sobre qual a melhor forma de se abordar – legalmente, politicamente e academicamente este problema que marca o mundo do trabalho contemporâneo e que possui grande poder de mobilização, nacional e internacional (GOMES, 2008, p. 16). Ainda de acordo com a autora, empregar o termo trabalho análogo ao de escravo decorre de uma expressão que a literatura que aborda o tema se utiliza para tratar da memória e de suas relações com a história, as quais podem ser chamadas de “usos do passado”. Este uso provém da releitura e da re-significação do passado, realizada evidentemente pelo julgamento deste, o qual está estruturado como uma estratégia política que mobiliza as relações entre história e memória com o propósito de assegurar direitos, neste caso os direitos humanos vinculados ao ato de trabalhar (GOMES, 2008, p. 33).

Portanto, para Gomes “entender a categoria trabalho análogo à de escravo não como um “rótulo”, mas como uma “metáfora”, construída pelo discurso e pelas práticas que objetivam seu combate no mundo contemporâneo, particularmente no Brasil” (GOMES, 2008, p. 38-39). Para compreender a categoria trabalho análogo à de escravo como uma metáfora, que a autora “titula” os trabalhadores de “escravos”, justamente para dizer o que eles não o são, e que é intolerável a existência de escravos e de escravidões de quaisquer tipos.

Em relação à escravidão por dívida, ou a peonagem, podemos tecer alguns apontamentos acerca da sua definição, visto que esta prática possui as suas particularidades:

No caso brasileiro, a escravidão (atual) não se manifesta direta e principalmente em más condições de vida ou em salários baixos ou insuficientes. O núcleo dessa relação escravista está na violência em que se baseia, nos mecanismos de coerção física e às vezes também nos mecanismos de coerção moral utilizados por fazendeiros e capatazes para subjugar o trabalhador. Adicionalmente, ela surge quando o trabalhador, por não receber o salário que lhe é devido e por estar trabalhando em local que representa confinamento (caso da mata nas extensas fazendas da Amazônia), fica materialmente subjogado ao patrão e impossibilitado de exercer seu direito de homem livre e igual, que está no direito de ir e vir, direito de sair de um emprego e ir para outro (MARTINS, 1999, p. 38-39).

O trabalho é atividade pela qual o homem se insere na sociedade e possibilita a constituição da própria vida na sua interação com outros homens e com a natureza. Atualmente, não se pode falar em trabalho sem apontar para a questão da sua precarização, como bem demonstrou Mattoso:

Precarização das condições de trabalho – Aumento do caráter precário das condições de trabalho, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria (MATTOSO, 1999 apud BORGES, 2002, p. 39).

A precariedade do trabalho se revela para os trabalhadores rurais conhecidos como *peões*, a partir das suas condições de trabalho, a qual é evidenciada no seu cotidiano pela insegurança que vive no seu local de trabalho, pelos equipamentos usados, pelo trabalho exaustivo que enfrentam, bem como as condições do alojamento, alimentação fraca e inadequada para suprir suas necessidades diárias de proteínas e calorias, insalubridade e falta de assistência médica.

Os *peões* enquanto categoria de trabalho surge a partir da entrada dos empreendimentos agropecuários na Amazônia. Conforme Borges (2002) o trabalho destes já nasce de forma precária e não como um trabalho que se precariza por conta de uma intensificação de exploração, como ocorreu ao longo da história. Essa atividade

ocorre nos espaços de frentes pioneiras, tendo em vista que são áreas que estão sofrendo a inserção do capitalismo, bem como a abertura de fazendas. Vale ressaltar que em alguns casos a exploração destes trabalhadores se torna exacerbada ao ponto de se utilizar da violência nas relações de trabalho, configurando assim, um dos elementos que caracterizam a prática do trabalho escravo contemporâneo.

A situação de precariedade do trabalho do *peão* decorre da condição pela qual este indivíduo está inserido, qual seja a exploração da sua força de trabalho cuja necessidade provém da acumulação capitalista no campo nordestada por práticas laborais de caráter arcaico, através do trabalho braçal em contraposição com a alta tecnologia presente nestes empreendimentos, assim Borges nos mostra que a:

Precarização e exploração do peão são, portanto, processos correlatos; um é decorrência do outro; há uma imbricação entre ambos: sem exploração não há precarização; esta constitui-se como decorrência da exploração que, ao atingir proporções mais avultadas, desencadeia esse processo. E, ainda mais, no caso do peão-de-trecho e dos “pobres antigos”, a precarização deixa de constituir um processo próprio, decorrente, e apresenta-se como uma condição, um modo de vida, inserido substantivamente no processo de exploração (BORGES, 2002, p. 60).

Desse modo, a condição de trabalho deste trabalhador passa a ser naturalizada, ao passo que o exercício do seu trabalho geralmente ocorre em ambientes insalubres, distantes do seu lugar de origem, conforme o depoimento abaixo:

A pessoa quando sai no trecho assim, acho que fica... eu acho que ele perde a vergonha pro mundo, mas com a família dele, toda a vida ele tem vergonha de voltar. Porque eu estou aqui, mas eu acho que não tenho mais coragem de voltar. Não fiz nada contra minha família, mas eu acho que não vô levar problema pra minha família mesmo (Depoimento. Centro Pastoral para o Migrante, Cuiabá, 30 mar. 2007).

Nos relatos dos trabalhadores estes demonstram que têm consciência de que na sua comunidade não há meios para sobreviver, restando-lhe a migração como uma alternativa para melhorar a vida e o trabalho, deixando para traz seus familiares com a ideia de ser algo temporário, mas com o passar do tempo, este toma um caminho errante de empreita em empreita, de fazenda em fazenda, pela busca de uma remuneração melhor com a intenção de voltar para seu local de origem com a imagem de um trabalhador vitorioso.

Este ideal se esfacela, muitas vezes por não receber o pagamento do seu trabalho ou apenas uma parcela mínima, constituindo nesses novos lugares novos laços familiares ou entregues ao álcool, à espera um novo trabalho, uma nova chance de transformar a vida.

O Estado contribui para a negação dos direitos e cidadania desses trabalhadores, tendo em vista que estes não têm a garantia de seus direitos assegurados, pois de acordo com Martins (2009, p. 89) até mesmo a polícia é utilizada no processo de “coisificação” e degradação humana, facilitando o trânsito dos caminhões que transportam os trabalhadores ou efetuando a prisão de algumas pessoas e depois vendem aos *gatos*.

Segundo Casaldáliga, no início dos anos de 1970, no Nordeste do Estado de Mato Grosso, a mão de obra vinha do Nordeste brasileiro e de Goiás, os métodos de recrutamento eram promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por *gatos* que assumiam os trabalhos nas fazendas sob o regime de empreita, uma forma de terceirização que pretendia isentar o fazendeiro das arbitrariedades que sabidamente o *gato* cometia.

Os pagamentos eram efetuados como e quando o *gato* queria, muitas vezes apenas com vales, que era uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade que valiam. Inútil denunciar tais crimes à polícia militar, frequentemente conivente com as irregularidades, ou quando não impotente para enfrentar os interesses daquelas empresas, conforme nos revela o documento abaixo:

O delegado e a polícia local não estão salvos da influência toda poderosa dos ricos locais e fazendeiros. São utilizados à serviço da escravidão. O delegado é comprado e não tem autoridade para dar voz de prisão a um poderoso e é intimidado em vez de intimidar. Se pede reforço, não encontra mais nem um rastro do criminoso (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08.1.2.48, 1971, p. 1).

Ao fim dos trabalhos, os *peões* eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de volta para seus Estados de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores, muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam durar meses) e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, permanecendo em locais públicos (praças, ruas, terminal,

rodoviário), reconhecidos como pontos de concentração desse tipo de mão de obra e aos *gatos* e proprietários de terra recorriam quando precisavam de seu trabalho.

No Araguaia também havia o sistema de barracão, o endividamento, a privação da liberdade. D. Pedro Casaldáliga⁹ fez a denúncia disso. Segundo o Bispo, os trabalhadores aliciados, chamados *peões* na região, entre os quais muitos menores com até 13, 14 e 15 anos, eram transportados até o local dos serviços e uma vez lá, eram obrigados a pagar pelo transporte, ferramentas, alimentos que ficavam disponíveis no barracão da fazenda a preços exorbitantes, tendo ainda que construir seus próprios barracos no meio da mata para não dormir ao relento, além de sofrerem com a altíssima incidência de malária e tendo que pagar pelo uso de medicamentos. Muitos morriam anônimos (CASALDÁLIGA, 1971, p. 106).

A violência coisifica, ou nas palavras de Simone Weil, quando exercida ao extremo, transforma o homem numa coisa, se não mata, matará seguramente, ou pior, ficará suspensa sobre o ser e pode fazê-lo a qualquer momento. Para Weil mais perverso que tirar a vida é o poder conferido pela violência a quem a exerce de tornar coisa um homem que continua vivo causando-lhe sofrimentos inomináveis. (WEIL apud MÜLLER, 2007, p.30).

Muitos peões engoliam a lua. Engoliu a lua é porque a gente saia de noite, ai a gente tratava assim, engoliu a lua. Ai eles se eles pegava, esse sofria. Ai aqueles que eles via que voltava quietinho eles ainda dava umas lapadas boas neles, ai eles vinham trabalhar, eu mesmo cansei de ver peão trabalhar amarrado, trabalhava de dia quando era de noite eles punham uns correntão nos pés deles prá não fugir, aqueles que já tinha fugido mesmo... ai eles sempre tratava aquela turma que fugia assim excluído. Ai aquela turma ficava ali trabalhava de dia quando era noite jantava, tomava banho, eles amarravam eles no pé do pau, os capangas ficavam lá vigiando com medo de outro ir lá e cortar as cordas e ele ir embora. Já vi isso na fazenda Bela Manhã. (DEPOIMENTO apud SOUZA, 2009, p.120).

Segundo Kant, aquele que se serve dos outros simplesmente como um meio, violenta sua humanidade (KANT apud MÜLLER, 2007, p.31). Toda a violência é brutalidade, ofensa, destruição, crueldade, fere e deixa marcas profundas em quem se torna seu alvo. Tais marcas podem aparecer fisicamente no rosto atingido, mas podem

⁹A condescendência com a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil foi quebrada pela Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, intitulada *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* de 1971, no atributo de Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia em Mato Grosso.

também se manifestar de modo mais cruel, quando sofrida e naturalizada passa a ser reproduzida, mimetizada, em outras palavras, quando o indivíduo passa a se perceber ele próprio capaz de protagonizá-la. É sabido que somos capazes de infligir sofrimentos com crueldade a outros, indefesos, pela submissão à autoridade. Nosso instinto de submissão ao poder, personalizado ou institucionalizado, então legitimado sob uma causa pela qual lutar, ocupa lugar tão importante na psicologia humana quanto à vontade de poder e do ponto de vista político, esse dado é muito significativo.

A tortura, a execução de seres humanos ou a prática de atos do "mal" não são racionalizados em seu resultado final, desde que as ordens para executá-los advenham de instâncias superiores. Para Freud “o valor moral da obediência predomina sobre a imoralidade da ordem” (WEIL apud MÜLLER, 2007, p.47).

Eu vi lá uns dois sofrer, mas, eu vi um rapaz da minha cidade, do meu lugar sofrer lá nessa fazenda, ele aguentou uma decepção, ele não apanhou porque ele fez o que o homem mandou. Ele falou no sevizão, lá no cafezal, que a vida boa é a de cachorro, esse rapaz, porque comia e não fazia nada e vivia gordo. O puxa saco como tem, chegou lá e falou, o fulano falou que a vida boa é a de cachorro, porque não trabalha e vive gordo... e não tinha a necessidade de falar não, mas chegou lá ele falou, e no meio de quarenta, sessente homens ninguém pode falar nada, aí ele falou na hora da janta era na fila, mas aí ele disse: qual foi que falou? E aí o rapaz apontou. Você sai da fila, deita ali, ele ficou em pé, ele disse prá deitar, aí ele deitou, aquilo prá ele vê que a vida boa era a nossa, tinha tanto homem lá e a gente não podia falar nada. Nós iam falar o que? Prá sofrer também? Ele mandar nós deitar também? Que jagunços tinham muitos jagunços. Quando acabou de nós todos pegar comida ele falou com o velho que tratava dos cachorros, coloca a comida lá no cocho, era um cocho grandão, ele tinha uns trinta cachorros esse homem, só cachoro de caça, matava vaca só prá dar pros cachorros, não era prá gente comer, ninguém nunca comeu um pedaço de carne e nem de mateiro, era só pros cachorros, ele não dava nada de caça prá ninguém, aí mandou “agora você vai comer junto com os cachorros”. E aí, falar o que? Não? Aí foi. Com a mão não, você vai comer com a boca, os cachorros empurravam ele pra lá e ele comeu bem pouco, mas ficou de quatro pés lá junto com os cachorros. (DEPOIMENTO apud SOUZA, 2009, p.139).

Aqui faz-se necessário uma distinção entre a violência manifestada como expressão de poder sobre pessoas ou grupos e a violência resultante da reação desses grupos. Esta última é mais um meio de expressão que de ação, mais uma reivindicação de identidade que busca por eficácia. Uma tentativa desesperada de se reapropriar da vida, tirada pelo poder da violência sofrida, em que pese o fato dessa manifestação

irromper com grande força, por vezes voltar-se contra os símbolos de uma ordem iníqua e até provocar um prazer perverso nos manifestantes que até o momento anterior sentiam-se excluídos e humilhados. Às vezes a humilhação se materializa de tal forma que induz o trabalhador a se comparar a qualquer coisa, exceto a um ser humano.

É comum que encontremos nos documentos orais e escritos que tratam de diferentes aspectos da História do Araguaia, menção a fatos que D. Pedro denunciava como graves, mas que aparecem nos relatos como parte do cotidiano das pessoas. Não como bons ou ruins, mas como presentes.

Difícilmente se tratava do assunto com o dono da fazenda (..) Era o empreiteiro gato né (..)esse que levava o pessoal de acordo com o serviço é que ele a gente ia levava o pessoal (..) fazer roçado (...) roça de pasto (...) roça de mato (.) cerca (..) ou trabalhar com gado (...) essas coisas (..) mas de qualquer forma você tem que acampar debaixo de uma lona (..) fazia um barraco de lona e ficava em baixo (..) cozinhava comida ali (..) se tinha comprar o rancho (..) as vezes quando era o empreiteiro se comprava na cantina dele ele tinha um armazém (...) Ele montava (..) aí você compra dele ele anotava (...) Caderneta. (DEPOIMENTO. Santa Terezinha, março de 2006, Acervo Núcleo de Pesquisa em História).

Nessa passagem é possível notar que o entrevistado trata do trabalho e das relações de trabalho com naturalidade, sem estranhamento. Não há contrato de trabalho, apenas acordos verbais, a jornada de trabalho é dada pela necessidade que o fazendeiro tem do serviço pronto. Os acordos se dão entre um empreiteiro e o trabalhador. Pelo tempo em que durar a empreita todos ficarão alojados na frente de trabalho em barracas de lona; a comida podia ser feita pelo próprio trabalhador ou servida pelo empreiteiro que nesse caso cobraria pelo serviço ao final da empreita.

Nada disso é visto com estranhamento pelo trabalhador. Em seu relato esse cotidiano de trabalho duro aparece naturalizado. A truculência com que são tratados, a baixíssima remuneração ainda dilapidada pelos descontos baseados em despesas às quais apenas o *gato* tem acesso e controle, as duras condições de vida e trabalho nos locais, a alimentação precária, os riscos de contrair malária ou de se acidentar são colocados exclusivamente nas costas do trabalhador. Realidades presentes, sabidas, são fartamente encontradas na documentação. Nenhum dos grupos sociais presentes considerava essa relação de trabalho irregular ou violenta.

Casaldália denunciou em sua carta o excesso a arbitrariedade, a invasão proporcionada pelo Estado, nunca sua ausência. O Estado que chega sob a forma da aprovação de projetos agropecuários, na titulação arbitrária de terras originalmente ocupadas por indígenas e posseiros, na instalação de aparelhos repressivos, a maquinaria opressiva de que trata Weber e que está autorizado a usar a violência legal para supostamente impedir o seu uso ilegal. Se no discurso a implantação do Estado Nacional sobre toda a Amazônia Legal aparecia em conformidade aos interesses da nação, no cotidiano local o legal e o ilegal estavam submetidos às forças políticas e aos interesses econômicos. Esse Estado se estabeleceu nessa fronteira recorrendo ao terror.

A própria polícia local é utilizada com frequência para manter ainda mais escravizados os peões. Na Tamakavy, por exemplo, alguns peões chefes de “time” (turma), ao irem reclamar com o Capitão de Polícia de Barra do Garças, por maus tratos, receberam dele uma carta para o Gerente, Geraldo, em que denunciavam os peões. O Gerente ao tomar conhecimento do que os peões reclamaram, solicitou a presença da polícia de São Félix que, armada de metralhadora, foi à fazenda e prendeu a Pedro Pereira dos Anjos, líder dos peões. (CASALDÁLIGA, 1971, p.27).

A polícia que tem como função garantir o poder do Estado, quanto à preservação da vida dos cidadãos; passou a desempenhar na fronteira um papel contrário ao seu trabalho, pois alguns policiais atuavam ao lado dos grupos de empresários no Araguaia para fortalecer e garantir o domínio destes, bem como faziam operações utilizando veículos dos grandes proprietários (empresários) e, não raro participavam dos trabalhos os jagunços das fazendas. O aparato repressor (policial) nas áreas de fronteira, em geral estava a serviço dos grandes proprietários rurais e madeireiros, para reprimir os trabalhadores.

Com a instalação das empresas agropecuárias no Araguaia mato-grossense a violência passou a ser considerada um mecanismo de legítima defesa por parte dos grupos empresariais detentores de dois elementos- chaves: o primeiro econômico através do mercado e o segundo social, a partir da justiça, cabendo a estes legitimar os seus atos de violência como suporte para solução de conflitos ali presentes.

Em uma declaração feita por um *peão* que trabalhou em várias fazendas no Araguaia, este relata acerca das suas condições nessas fazendas, dentre elas em destaque a Tamacavy:

Considero a fazenda Tamacavy uma das piores no tratamento dos peões, só comparável à CODEARA. Há vários casos de peões que somem. E não sabe para onde. Se morreu ou fugiu. O Geraldo administrador é um homem intratável, ignorante, trata um peão como um cachorro. Espanca, xinga. É um covarde, anda sempre armado e espanca até o peão doente. Eu vi lá o caso de um peão ser baleado pelo Aldenor, apoiado pelo Geraldo, pelo simples motivo de o peão exigir o pagamento. O Geraldo veio a São Félix chamou a polícia e encobriu o caso pagando o rapaz. (Documento do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.2.41, 1971, p. 02).

Em uma carta do Padre Antônio Canuto denunciando a condição dos peões na fazenda CODEARA, retiramos o seguinte trecho:

No dia 28 de março chegaram à Casa Paroquial 8 peões para pedir ajuda para se retirarem de Santa Terezinha. Não tiveram tempo para isto, pois a polícia chegou, prendeu-os, levou-os à Delegacia e de lá foram recambiados para a CODEARA. (Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.3.11, 1972, p. 01).

Conforme a declaração do *peão*, bem como a carta de Padre Canuto e os fragmentos destacados nestas, podemos evidenciar no Araguaia a deterioração do poder público, o qual era usurpado ou compartilhado pelos grupos de empresários estabelecidos naquela região, tendo estes o exercício ilegítimo da violência, bem como o poder do Estado representado pela polícia local a serviço exclusivo das agropecuárias, demonstrando assim, que nessas áreas de fronteira da Amazônia mato-grossense o público servia ao privado, ou “dividia” com este o uso da violência.

Nesse contexto podemos afirmar que o trabalho escravo contemporâneo foi inserido na região como parte da estratégia econômica de apropriação de mão de obra e foi mantido pela violência. A denúncia contida na carta pastoral pedindo justiça, por si não tinha nenhum poder sobre a força que sustentava tal quadro de exploração, pelo contrário, o efeito de tais denúncias acirrava ainda mais a violência, pois “todas as luzes da verdade nada podem para deter a violência e só conseguem irritá-la ainda mais” (PASCAL apud MULLER, 2007 p.27). Daí porque as ações práticas levadas a efeito por Casaldáliga visavam unir esforços para atuações conjuntas para reverter um quadro estabelecido de coisas que coagia as pessoas a agir e se sujeitar às imposições levando os moradores e trabalhadores migrantes a ver alternativas naquela sujeição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da política de ocupação da Amazônia pelo governo ditatorial, podemos perceber que o discurso proferido por este, assentado na ideia de levar o progresso e desenvolvimento para os ditos espaços vazios da Amazônia Legal, se contrapõe ao fato destes empreendimentos tanto agropecuários quanto de colonização se pautaram no uso da violência nas relações de trabalho.

No caso dos garimpeiros que se direcionaram para o Noroeste de Mato Grosso, as suas relações de trabalho foram marcadas por um cotiando de mortes e práticas de violência incontáveis, alguns relatos impressionantes, quase sempre contados com a naturalidade de quem convivia cotidianamente com a situação. As causas aparecem nos depoimentos de forma unânime como sendo: disputas por mulheres, embriaguez e roubo. Roubar era crime que se pagava com a morte, matar quem roubava era visto com relativa certa naturalidade, roubar era inadmissível.

Analisamos o contexto de intensas práticas de violência nos garimpos, a partir do olhar de Hannah Arendt (2009), por entender que essas ações ocorriam em detrimento da presença extremamente fragilizada do Estado, nestes espaços, e também porque a questão exigia um olhar mais particularizado, uma visão micro.

Observamos que a prática do trabalho escravo no espaço amazônico brasileiro se intensificou na década de 1970 através da entrada das empresas agropecuárias. Em decorrência disso acentuaram-se os problemas agrários no campo e o uso da violência contra a população daquela região. Esta violência de caráter instrumental só foi possível pela concentração do poder nas mãos de poucos (empresários, *gatos*, pistoleiros), que conseqüentemente perdeu a sua legitimidade, pois de acordo com Arendt (2009) o poder pertence a um grupo e nunca é propriedade de um indivíduo. Neste sentido, o poder desapareceu e cedeu espaço para o uso da violência que na fronteira é visto como algo corriqueiro inerente daquele lugar.

Por fim, a incipiente presença do Estado e interesses econômicos divergentes, foram fatores importantes para o agravamento da violência. A quantidade e a intensidade dos registros de violência existentes nas áreas estudadas, não podem ser entendidas fora desse contexto. Quando o Estado não toma para si a prerrogativa da presença institucional, abre espaço para as disputas baseadas, como diz Arendt (2009, p.68), no vigor individual. A existência de relações de trabalho análogas ao de escravo, a presença da pistolagem, a violência nos garimpos, os assassinatos, o medo, o uso desmedido da força, essa exacerbação da violência apenas foi possível em razão da atrofia do poder institucionalizado.

Working relationships In the Amazon region of Mato Grosso: The Use Of Violence Against Pawns And Miners

Abstract: This article aims to introduce the policy of occupation of the Amazon by dictatorial government in the 1970s. Within this context, the State of Mato Grosso was privileged by this policy through a broad government support. Our analysis will be directed to the northeast and northwest of the state in these areas that were implemented and agricultural colonization projects. The goal of this research is to present the different faces of violence present in labor relations during the recent occupation of the Amazon, characterized from the use of labor analogous to slavery in the agricultural enterprises in the Northeast of Mato Grosso, and the violence used against migrated prospectors to the area of settlement in the northwest of the state.

Keywords: Amazon, labor relations, violence.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **Da Revolução**. São Paulo: Ática, 2006.

BORGES, Maria Stela Lemos. **A consignação da violência: a peonagem na Região de Três Lagoas – MS**. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Campus Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000240130&fd=y>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 11, n. 1-2, jan-dez. 2008. Rio de Janeiro: ABHO.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração. Memórias e Práticas Culturais. Mato Grosso na Primeira Metade do Século XX**. Cuiabá: EdUFMT & Carlini e Cianato, 2006.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social pela terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras das Crenças: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970**. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Cianato, 2007.

_____. **Juína: de projeto de colonização a pólo regional**. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: do sonho à Utopia da Terra*. Cuiabá-MT; EdUFMT / Carlini e Cianato editorial, 2008.

KNAUS, PAULO. **O Oeste Americano – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos**. De Frederick Jackson Turner/Paulo Knaus (org.) – trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça – Niterói: EdUFF, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: reflexões sobre riscos da intervenção subinformada*. In: COMISSÃO PASTORAL DA

TERRA. **Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: CPT/Loyola, 1999.

_____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MERTON, Robert K. Estrutura social e anomia *In: Sociologia; teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MÜLLER, Jean – Marie. **O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

RUSSEL. Bertland. **O Poder – uma nova análise social**. Tradução Unwin Books, George Allen & Unwin LTD, de Londres, Inglaterra. 1975. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1979.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. **Retalhos de Vidas: Escravidão Contemporânea no Araguaia (1970-2005)**. Cuiabá: UFMT, 2009. Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2009.

WEBBER, Maximilian. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 2009.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

_____. **A Conquista do Oeste. A Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda**; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

SOBRE OS AUTORES

JULIO CÉSAR DOS SANTOS. Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor do Instituto Federal de Mato Grosso.

LUCIENE APARECIDA CASTRAVECHI. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Recebido para avaliação em outubro de 2013

Aceito para publicação em Abril de 2014